

EMDEPENDÊNCIAS SECULARES: UMA APRESENTAÇÃO

DOI: 10.29327/210932.10.2-1

Francisco Bento da Silva
Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Acre-Brasil
francisco.bento@ufac.br
<https://orcid.org/0000-0002-6611-5391>

Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
Universidade Federal do Amazonas, Departamento de História, Amazonas-Brasil
balkar.ufam@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4192-8011>

Sidney da Silva Lobato
Universidade Federal do Amapá, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Amapá-Brasil.
lobatossidney@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-2357-3667>

Com o dossiê *Em Dependências Seculares*, reafirmamos nossa indisposição em compactuar com as celebrações oficiais e não-oficiais de mais um centenário neste país. Nosso ponto de partida – e de chegada – é a denúncia a todas as formas de violências e injustiças que são invisibilizadas ou anestesiadas pelas patologias nacionalistas que ganham forma nesses momentos em que a história oficial retroalimenta seus marcos fundacionais, seus mitos de origem, dissimulando os mais de cinco séculos da barbárie civilizatória e secular estágio colonizatório da terra nomeada/renomeada de Vera Cruz, dos Papagaios, Santa Cruz, Pau-Brasil, Brasil.

Dentre os modernos sintomas desse estágio colonizatório estão a exploração madeireira, as queimadas, as barragens e todo o tipo de avanço predatório sobre imensas áreas de florestas e rios, expulsando ou eliminando comunidades humanas e destruindo os biomas e as vidas de milhares de seres; a exploração mineral, os latifúndios destinados à produção de commodities [leia-se pilhagem] com base na expropriação de centenas de pessoas e na degradação ambiental, dissimulada por bizarras peças publicitárias do tipo “agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo”; a implantação de vilas e cidades como ponto de apoio para a mercantilização de tudo ou para a exibição do privilégio de poucos e o descarte de milhares em depósitos urbanos sem urbanização.

Nada é mais afinado com a lógica de tal estágio colonizatório do que a infundada querela do marco temporal, espelho de séculos de genocídio, glotocídio e silenciamento de povos e línguas indígenas, justificando a devassa e invasão de seus territórios ancestrais.

Nesses cinco séculos de crônico estágio colonizatório, o estado brasileiro [colonial/monárquico/republicano] continua não apenas cumprindo o papel subalterno dos projetos e impérios globais, mas, promovendo um verdadeiro holocausto contra pessoas indígenas, pessoas pretas ou pessoas pobres de todas as cores e credos, racializadas para serem descartadas como parte do destino de suas sub-humanidades em uma fascista hierarquia dos corpos. Nesses descartes, ora o Estado age diretamente, ancorado em manipulado aparato jurídico para tentar justificar o uso da força bruta e suas armas letais, as “balas perdidas” ou as operações de chacinas em presídios e camburões asfixiantes; ora age indiretamente, quando não há espaço para a retórica rasa da legalidade. Nesses contextos, a exemplo do que ocorreu com Marielle Franco e Anderson Gomes, em 2018, ou com Bruno Pereira e Don Phillips, em 2022, entra em cena o lixo produzido em séculos de genocídio estatal: milicianos, jagunços, pistoleiros de aluguel e toda a sorte de covardes, pagos para fazer desaparecer as vozes contrárias, os corpos daqueles que se colocam no meio do caminho da destruição da vida e da injustiça. Essa prática nefasta, muitas vezes chamada de “limpeza”, nem sempre é feita às escondidas, mas é especializada em ocultar os nomes dos mandantes, mantendo a impunidade e o cinismo institucional.

Um descarte de tal modo naturalizado, normalizado, que, na maioria das vezes, à exceção dos familiares das pessoas diretamente atingidas e suas amigas e amigos mais próximos, ninguém se importa. A maior parte das instituições públicas não se importam, inúmeras escolas e universidades não se importam, determinadas igrejas não se importam, grande parte das mulheres e homens de ciência ou do mundo intelectual não se importa, centenas de organizações sociais, associações de classe, sindicatos, entre outros também não se importa.

Não se importam porque as coisas são dadas a ver como se pertencessem ao curso natural da vida no estandardizado reino da notícia globalizada, a “globalidade tranquilizante”, que a todos transforma em passivos consumidores de notícias sensacionais, normalizando a mercantilização da vida e da morte, a banalização da morte e da vida. É como se a expropriação de milhares de famílias de indígenas e não indígenas para abrir espaço ao insaciável latifúndio do gado, do milho, da soja ou outras monoculturas fosse produto da própria natureza; é como se fosse natural a invasão dos territórios tradicionais de distintos povos ou das áreas de proteção ambiental; é como se brotasse da terra a exploração ilegal de madeira, a pesca predatória, as barragens, a grilagem de terras nas florestas/campos e cidades, os incêndios florestais, o garimpo, a abertura e a pavimentação de estradas em áreas protegidas, o tráfico de armas e de todo tipo de droga, a contaminação dos rios e lagos, as represas, os agrotóxicos e o envenenamento da água, do ar e da terra; é como se caíssem das nuvens os milhares de sem-terra e sem-teto ou incontáveis famílias nas beiras das rodovias, amargando a indiferença, aliada da exclusão, e lutando todos os dias para ter direitos à vida; é como se germinasse do solo os assassinos, as chacinas, a misoginia, a homofobia, o feminicídio, a fome, a morte prematura

de crianças e jovens nas cidades e florestas/campos ou o genocídio de pessoas pretas e indígenas em todo o país.

Este dossiê, portanto, é uma espécie de manifesto contra tudo isso. Um manifesto pela vida, em recusa a quem vive de celebrações enaltecidas de um estado nacional estruturado em torno do racismo e da intolerância às populações originárias, africanas e afrodescendentes, suas línguas/linguagens e modos de ser, viver e lutar. Um Estado que impôs seus símbolos, suas cores e sua pasteurizada história – dos vencedores – às custas do apagamento, da opressão e do silenciamento das muitas histórias, das trajetórias e das memórias de milhares de pessoas que se territorializam nas muitas fronteiras desse país.